

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.272 - PI (2018/0255786-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE PARNAÍBA - PI**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE COCAL - PI**
INTERES. : **MARIA ERENICE RODRIGUES MACHADO**
ADVOGADOS : **DANIEL DE VASCONCELOS MELLO - CE020783B**
: **RAFAEL AUGUSTUS VASCONCELOS SPAGNOLO - CE023708B**
INTERES. : **MUNICIPIO DE COCAL**
ADVOGADOS : **MAIRA CASTELO BRANCO LEITE E OUTRO(S) - PI003276**
: **DJALMA CARDOSO LEITE - PI001654**
: **CAROLINA LAGO CASTELLO BRANCO - PI003405**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE PARNAÍBA/PI, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE COCAL/PI, suscitado, nos autos da Reclamação Trabalhista proposta por MARIA ERENICE RODRIGUES MACHADO em desfavor do MUNICÍPIO DE COCAL, que tem objeto o depósito do FGTS de todo o período laborado.

A demanda foi originariamente distribuída ao Juízo Trabalhista que declinou da competência (fls. 29/32e), e enviou os autos à Justiça Comum, nos seguintes termos:

"Adentrando na preliminar arguida, é incontroverso nos autos que a parte reclamante foi admitida após a CF/88, bem como após a promulgação da Lei Municipal 281/93, mediante concurso público. O seu ingresso é regular, porque atende à exigência prescrita no art. 37, II, da CF/88, contudo, o regime que disciplina à sua contratação desde o início é estatutário e não celetista.

Ora, é sabido que, apesar da ampliação na competência institucional da Justiça do Trabalho engendrada pela Emenda Constitucional n. 45/2004, servidores públicos, regulados por estatuto próprio ou em regime administrativo, encontram-se excluídos desta Jurisdição, mormente em face aos termos da ADIn n. 3395/2005, julgada pelo Excelso Pretório (em 19.04.2006), que referendou decisão liminar da lavra do Exmo. Ministro Nelson Jobim, contendo o seguinte trecho:

(...)

Desse modo, impositivo é reconhecer que esta Justiça é incompetente para apreciar os pedidos postulados na inicial.

Destarte, acolho a preliminar em epígrafe para declarar a incompetência desta Justiça Especializada para apreciar todos os pedidos deduzidos na inicial, determinando a remessa dos autos à Justiça Comum Estadual da Comarca de Cocal/PI" (fls. 29/32e).

O Juízo Estadual, igualmente, reconheceu a incompetência para o feito, aduzindo que "recentemente o TRT 22ª Região decidiu pela nulidade da Lei Municipal que instituiu o REGIME JURÍDICO ÚNICO dos Servidores do Município de COCAL-PI, mantendo assim competência da Justiça do Trabalho para julgar os feitos" (fl. 89e), e retornou os autos para a Justiça Trabalhista.

O Juízo Trabalhista, entendendo que, tanto a Justiça Especializada, quanto o Juízo Estadual, declararam-se incompetentes para apreciar a presente ação, remeteu os autos a este Superior Tribunal de Justiça, através do despacho de fls. 170/171e.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela competência do **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE COCAL/PI**, ora suscitado (fls. 181/183e).

Com razão o Parquet Federal e o Juízo Suscitante.

De início, **conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, d, da Constituição da República.**

No caso, a autora alega ter sido admitida pelo Município de Cocal/PI, após aprovação em concurso público, para exercer o cargo de Professora, em 28/01/2002. Alega que faz jus ao depósito do FGTS de todo o período laborado.

Nesse contexto, a controvérsia está relacionada ao juízo competente para processar e julgar demanda ajuizada por agente público, questionando o depósito de FGTS, em face de Município, no qual instituiu o Regime Jurídico Único do Município, através da Lei Municipal 281, de 10/11/93, considerada nula pelo Tribunal Regional Federal da 22ª Região.

Com efeito, em casos como tais, esta Corte firmou posicionamento no sentido de que **a competência para decidir sobre a validade da norma local que cria ou modifica regime jurídico de natureza estatutária, para os servidores públicos municipais, é da Justiça Estadual**, afastando, dessa forma, a incidência das Súmulas 97 e 170 do STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO LABORAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DE LEI LOCAL QUE TRANSMUDOU O REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Esta Corte firmou posicionamento segundo o qual é da competência da Justiça Estadual decidir sobre a validade da norma local que cria ou modifica regime jurídico de natureza

estatutária para os servidores públicos municipais, como ocorre in casu, em que a interessada sustenta a nulidade da lei municipal que instituiu o RJU no Município e a consequente sujeição do vínculo estabelecido com o ente municipal à CLT.

2. Agravo Regimental desprovido" (STJ, AgRg no CC 134.906/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, Dje de 04/08/2015).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DE LEI LOCAL, QUE TRANSMUDOU O REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

1. A reclamante objetiva invalidar eficácia de lei local. Nesse contexto, esta Corte Superior já firmou compreensão de que é da Justiça Comum deliberar acerca da validade da norma local que cria ou modifica regime jurídico de natureza estatutária para os servidores públicos municipais. Com mesma conclusão, envolvendo os mesmos Juízos: CC n. 135.534/RN, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe: 26/08/2014; CC n. 135.541/RN, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe: 14/05/2015; CC n. 137.088/RN, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe: 25/02/2015.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no CC 137.422/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/07/2015).

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM VERSUS JUSTIÇA TRABALHISTA. VALIDADE DA NORMA LOCAL QUE CRIOU REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

1. Cuida-se de conflito negativo de competência entre o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Lajes (suscitante) e o Tribunal Regional do Trabalho da 21.^a Região (suscitado), ambos do Rio Grande do Norte, nos autos da reclamação trabalhista ajuizada por servidores municipais, objetivando recebimento de valores que supõem devidos a título de FGTS.

2. Entendem os autores que, nula a aludida lei local que instituiu o regime estatutário, por vício de forma, permaneceriam sujeitos ao regime anterior, de natureza celetista, pelo que teriam, daí os direitos reclamados.

3. Nesse contexto, há uma questão fundamental a ser inicialmente dirimida, da qual dependerão todas as outras deduzidas em juízo, qual seja, saber se é válida a lei local que modificou o regime jurídico dos servidores municipais.

4. Postas assim as coisas, o quadro fático que se delineou afasta a incidência das Súmulas 97 e 170/STJ mas amolda-se, por analogia, ao que dispõe a Súmula 137/STJ.

5. **Nesse contexto, compete à Justiça Estadual deliberar sobre a validade da norma local que cria ou modifica regime jurídico de natureza estatutária para os servidores públicos municipais**" (STJ, CC 132.191/RN, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 17/06/2014).

Ainda, os seguintes julgados monocráticos: STJ, CC 162.640/PI, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 06/02/2019; CC 161.285/PI, Rel. Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES, DJe de 12/11/2018; CC 161.237/PI, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe de 23/10/2018; CC 161.283/PI, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 10/10/2018; CC 161.279/PI, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 10/10/2018; CC 145.050/PI, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 09/06/2016.

Ante o exposto, conheço do Conflito para declarar competente o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE COCAL/PI**, ora suscitado, para o processamento e julgamento da presente demanda.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora